



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO**

PROJETO DE LEI Nº 41 , de 09 de março de 1991.

"Cria a Divisão Municipal de Saúde-DIMUS, e dá ou-  
tras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SÍTIO DO QUINTO, ESTA-  
DO DA BAHIA.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu  
sanciono a seguinte Lei:

art. 1º - Fica criada a Divisão Municipal de Saú-  
de-DIMUS, com a finalidade de planejar, dirigir, coordenar, contro-  
lar e avaliar as atividades de promoção, proteção e recuperação da  
saúde, executadas a nível municipal, pelas unidades prestadoras de  
serviços, na forma preconizada pelo Sistema Único de Saúde-SUS ,  
competindo-lhe:

I - elaborar o Plano Setorial de Saúde, de a-  
cordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Sistema Úni-  
co de Saúde-SUS, adequando-o à disponibilidade de recursos previs-  
tos pelos integrantes do sistema nos diversos níveis e integrando-  
os ao Plano de Desenvolvimento do Município;

II - promover, superintender, orientar, con-  
trolar e avaliar a execução das atividades destinadas à melhoria  
do nível de saúde da população;

III - dirigir, coordenar, supervisionar, con-  
trolar e avaliar as unidades de prestação de serviços de saúde;

IV - participar do planejamento, da programa-  
ção e da organização da rede de prestação de serviços regionaliza-  
da do Sistema Único de Saúde-SUS, em articulação com a direção es-  
tadual;

V - participar da fiscalização, da avaliação  
e do controle dos ambientes de trabalho, bem como das ações tenden-  
tes à sua otimização;

VI - executar as atividades de vigilância epi-  
demiológica com as vistas a detecção de quaisquer mudanças dos fa-  
tores condicionantes da saúde e controlar a ocorrência e a evolu-  
ção de enfermidades, surtos e epidemias;

*aprovado em 09 de março,  
de 1991. Ref. 17*





ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO

art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado

a:

I - Praticar, no prazo de 60 dias, os atos regulamentares e regimentais que, explícitas ou implicitamente, inclusive os relacionados com o pessoal, material e patrimônio.

II - efetuar, mediante decreto, as modificações orçamentárias decorrentes do disposto nesta lei, criando, inclusive, a unidade orçamentária necessária ao funcionamento da Divisão Municipal de Saúde.

art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 09 de março

ço de 1991.

ANTÔNIO MARQUES DO NASCIMENTO  
PREFEITO MUNICIPAL

*Wilton Pereira da Silva*  
P/ JOSE OLIVEIRA SANTOS  
SECRETÁRIO

*aprovado em 09 de  
março de 1991  
Pereira*





ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO

VII - executar e colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussões sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos competentes para controlá-las;

VIII - participar da elaboração da política e da execução de atividades de saneamento básico;

IX - articular-se com os demais integrantes do Sistema Único de Saúde-SUS para a formulação e a execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

X - celebrar contratos e convênios com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde com vistas a assegurar, complementarmente, a cobertura assistencial da população, obedecidas as disposições do Sistema Único de Saúde-SUS;

XI - celebrar convênios, acordos e contratos com instituições públicas e privadas para elaboração de normas técnicas, administrativas e financeiras dos serviços próprios de saúde;

XII - fiscalizar e controlar os procedimentos nos serviços privados de saúde;

XIII - executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para a saúde;

XIV - colaborar com a União e o Estado na execução de atividades de vigilância sanitária de portos, aeroportos, e fronteiras;

XV - gerir laboratórios de saúde pública e hemocentros;

XVI - formar consórcios administrativos intermunicipais;

XVII - executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único - O assessoramento jurídico à Divisão Municipal de Saúde compete à Procuradoria Jurídica do Município.

art. 2º - As atividades das unidades de saúde cedidas pela União e pelo Estado ao Município ficarão sob a supervisão, controle e avaliação da Divisão Municipal de Saúde de que trata esta Lei.

art. 3º - Os cargos em Comissão da Divisão Municipal de Saúde são os constantes do anexo I que integra esta Lei.

*aprovado em 09 de Março de 1997*  
*Prof. Dr. H. G. A.*